

# III CONGRESSO DO DIREITO DE LÍNGUA PORTUGUESA

## Justiça, Desenvolvimento e Cidadania



### Apresentação

1. O IDILP – Instituto do Direito de Língua Portuguesa ([www.idilp.net](http://www.idilp.net)) e o Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique ([www.isctem.ac.mz](http://www.isctem.ac.mz)) organizarão o **III CONDILP – Congresso do Direito de Língua Portuguesa**, a ter lugar em Maputo (Moçambique), nos dias **20 e 21 de março de 2013**, nas instalações desta segunda instituição, subordinado ao tema geral “Justiça, Desenvolvimento e Cidadania”, cujo programa anexamos.

Trata-se da 3.<sup>a</sup> edição de um congresso internacional que se destina a discutir, comparativamente entre os Direitos de Língua Portuguesa, **cinco temas, de Direito Público e de Direito Privado**, cada um deles constituindo as respetivas sessões de trabalho:

- Reformas penais e Direito da Anti-Discriminação
- Protecção dos Direitos Sociais e Crise do Estado Social
- Reformas Processuais Cíveis e Resolução Alternativa de Litígios
- Direito dos Recursos Naturais: risco ou oportunidade?
- Ensino do Direito e Profissionais Forenses no contexto do Processo de Bolonha

O **III CONDILP** traz ainda a novidade, além dos temas versados, da possibilidade de os estudantes de Direito e de outros juristas mais jovens poderem fazer apresentações públicas num tempo que lhes foi destinado, a partir de um conjunto de melhores comunicações que tenham sido anteriormente apresentadas e aprovadas pela coordenação do congresso (*call for papers*).

Assim se mantém a continuidade de um evento sempre amplamente participado ao nível das diversas comunidades científicas do Direito e de elevada exigência.

**Maputo, 20 e 21 de Março de 2013**

2. O **I CONDILP** teve lugar em Lisboa, com a co-organização da FDUNL – Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa ([www.fd.unl.pt](http://www.fd.unl.pt)), em 6 e 7 de maio de 2009, tendo sido discutidos os seguintes temas:

- A propriedade pública da terra e a atividade económica: entre a lei e a prática;
- O semipresidencialismo na África Lusófona: experiências, (in)viabilidades, tendências;
- Estado de Direito e fiscalização da constitucionalidade dos actos do poder público: qual o ponto de situação?;
- Casamento civil, união de facto, casamento religioso e casamento tradicional; que modelo familiar nos Estados de Língua Portuguesa?

As comunicações foram depois reunidas em livro: AAVV, *I Congresso do Direito de Língua Portuguesa* (coord. de Jorge Bacelar Gouveia), Almedina, Coimbra, 2010 ([http://www.almedina.net/catalog/product\\_info.php?products\\_id=11187](http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=11187)) (ISBN 978-972-404264-0).

3. O **II CONDILP** (<http://www.idilp.net/Edicoes/ii-condilp-luanda.html>) realizou-se em Luanda, com a co-organização da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto ([www.fduan.ao](http://www.fduan.ao)), nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2010, tendo sido discutidos os seguintes temas:

- Revisões constitucionais recentes e em curso no espaço lusófono
- As autoridades tradicionais no Estado de Direito Democrático
- Estados soberanos e comunidade internacional: um Direito Internacional da Globalização?

4. O **IDILP** é uma associação de juristas lusófonos que, tendo por objetivo geral promover a aproximação entre as Ordens Jurídicas dos Países de Língua Portuguesa, tem sublinhado a preocupação específica de manter abertos, com regularidade, espaços de diálogo científico entre todos os juristas de língua portuguesa, académicos e profissionais do foro.

Fundado em 2009 e tendo como objeto geral a divulgação, o estudo e a investigação do Direito de Língua Portuguesa, o IDILP, para prossecução dos seus fins, desenvolve, de entre outras, as seguintes atividades:

- a) Realização de colóquios, seminários, cursos, pós-graduações e congressos;
- b) Elaboração de estudos e pareceres sobre os ramos do Direito a cujo estudo e divulgação se dedica;

- c) Edição de revistas e outras publicações, com ou sem carácter periódico;
- d) Estabelecimento de contactos com associações estrangeiras.

O IDILP conta neste momento com mais de 30 juristas, oriundos ou trabalhando em todos os Estados e territórios de língua portuguesa: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Macau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

5. O presidente e fundador do IDILP é o Professor Doutor Jorge Bacelar Gouveia ([www.jorgebacelargouveia.com](http://www.jorgebacelargouveia.com)), constitucionalista português com larga experiência pedagógica e ampla obra científica publicada nos países de língua portuguesa, além de coordenador de dois cursos de doutoramento, um em Angola na FDUAN – Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto e outro em Moçambique no ISCTEM – Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique.